



DOCUMENTO DE SÍNTESE

53.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC A SER ACOLHIDA PELO PARLAMENTO DA TANZÂNIA, EM ARUSHA, TANZÂNIA 2 A 8 DE JULHO DE 2023

LEMA: «MODERNIZAR A AGRICULTURA PARA FAZER FACE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E AO DESEMPREGO JUVENIL NA REGIÃO DA SADC: O PAPEL DOS PARLAMENTOS»

I. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS SOBRE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, INSEGURANÇA ALIMENTAR E DESEMPREGO JUVENIL

1. Neste ano de 2023, a agricultura continua a ser a espinha dorsal fiável da maioria das economias da África, em particular dos países da África Austral. A produção agrícola e as indústrias de transformação associadas, também comumente designadas por agro-negócios, constituem um pilar económico proeminente para a região. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o contributo da agricultura, silvicultura e pesca da África para a economia global, em termos de valor acrescentado, ultrapassou o dobro no triénio de 2020 a 2022, passando de 167 mil milhões para 413 mil milhões de dólares. A agricultura é também uma fonte sólida de alimentos para a população em crescimento. Os números do Oxford Business Group indicam que os pequenos agricultores são responsáveis por cerca de 80% dos alimentos produzidos na África Subsaariana. Os produtos agrícolas também constituem uma das principais exportações comerciais intra-SADC, demonstrando assim o potencial inato deste sector para resolver questões regionais como a fome e a subnutrição. Em alguns países da SADC, a contribuição da agricultura para o produto interno bruto (PIB) atinge actualmente 40%, transformando assim a agro-indústria num sector de impulso com benefícios emergentes que podem absorver empregos significativos. Ao mesmo tempo, espera-se que a população da região mais do que duplique nos próximos 30 anos, tornando a África Subsaariana numa região com elevado nível de consumo agrícola e um lugar a ser ocupado por uma pujante mão-de-obra de jovens. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) prevê que, até 2050, a produção global de alimentos teria de aumentar 50% em relação aos níveis de 2012 para satisfazer a crescente procura de uma população que está a aumentar em números e apetite.

2. Contudo, tempos recentes indicaram que as estratégias visando a modernização do sector agrícola na SADC permanecem fracas, fragmentadas e sem sustentabilidade. O recente surto da COVID 19 e a crise entre a Rússia e a Ucrânia puseram em evidência a fragilidade do sector agrícola em toda a SADC, tendo as calamidades das alterações climáticas tais como os ciclones Idai em 2019 e Freddy em 2023 neutralizado os ganhos obtidos no sector em áreas gerais. Mais do que nunca, os parlamentos devem preocupar-se com a modernização do sector agrícola e devem reforçar as políticas e leis para assegurar que o sector continue a ser um pilar económico viável que possa sustentar as crescentes expectativas da África nas décadas vindouras.
3. Segundo a OCDE, a África Subsaariana é uma região com uma diversidade agro-ecológica, com terras abundantes que representam 15% das terras de cultivo globais e 20% das pastagens a nível mundial. Apesar desta diversidade de recursos agrícolas no seu seio, a região é no entanto propensa ao pior problema de insegurança alimentar do mundo. Uma das questões essenciais a ter em conta na modernização da agricultura é o registo e a gestão dos recursos da terra. Enquanto cerca de 95% das terras aráveis estão registadas na Europa Ocidental, os números são significativamente mais baixos para a África Subsaariana, onde cerca de dois terços dos recursos fundiários são propriedade de comunidades sob regimes consuetudinários ou informais. Isto causa uma falta de previsibilidade nas renovações de culturas e desincentiva o investimento em equipamento agrícola ou agro-técnico capaz de aumentar a rentabilidade das culturas.
4. Por outro lado, o African Wealth Report (Relatório sobre a Riqueza em África) de 2023 revelou que a agricultura pode ser um sector onde o investimento de impacto pode trazer resultados impactantes. Há vários ganhos a obter no investimento em parcerias comerciais que podem melhorar as cadeias de valor agrícolas e aumentar a escala dos produtos agrícolas africanos através de rótulos ecológicos ou bio (sem fertilizantes) que podem aumentar a atractividade e a comerciabilidade dos produtos agrícolas, aumentando deste modo a procura. Além disso, a agro-indústria tem o potencial de gerar empresas paralelas que utilizam subprodutos agrícolas para criar artesanato, sabão ou outros artigos artesanais que têm um valor de venda superior. Os parlamentos estão directamente interessados em assegurar que haja sistemas capazes de motivar a criação de pequenas e médias empresas (PME) ou mesmo microempresas visando reforçar o investimento e fornecer soluções agrícolas aos consumidores. Um aumento da produção agrícola irá também diminuir as importações, fornecer produtos alimentares a preços mais baixos e mais competitivos, e também reduzir o défice comercial existente.
5. Os observadores têm frequentemente a opinião de que a África pode ser auto-suficiente em termos alimentares, especialmente em produtos alimentares de base como o trigo, o milho e os cereais. Actualmente, a acessibilidade alimentar para muitas pessoas na região continua intimamente ligada à produção local de alimentos através da agricultura de subsistência. Isto fragiliza a divisão do trabalho e a capacidade das regiões e comunidades de produzir em massa, testar novas culturas mais resistentes às intempéries ou pragas, e desenvolver especialidades agrícolas que podem ser o prenúncio da

agro-inovação. Sem uma massa crítica na produção agrícola, não haverá possibilidade de a região alavancar a agricultura como sector para quebrar o tecto de vidro da pobreza e as desigualdades sociais. Continua a ser vital o crescimento económico na agricultura para aumentar os rendimentos e reduzir a pobreza, bem como combater a insegurança alimentar nos países da SADC. Os esforços que visam melhorar a produtividade agrícola que vai aumentar os rendimentos dos agricultores podem impulsionar a procura noutros sectores económicos significativos, criando assim um efeito de bola de neve que pode gerar riqueza e promover a prosperidade económica. Este dinamismo multi-sectorial tem o potencial de contribuir para o crescimento económico, ao mesmo tempo que proporciona a oportunidade de fazer com que milhões de pessoas saiam da pobreza.

6. O desemprego juvenil é um desafio global; contudo, tem os efeitos mais díspares para a África em comparação com as outras regiões geográficas do mundo. Isto deve-se principalmente ao rápido crescimento demográfico da África, ao lento progresso económico, ao fraco acesso aos serviços sociais e de saúde, combinado com o aumento inflacionário dos preços ao consumidor que, no seu conjunto, fazem com que o desemprego juvenil se torne numa fatalidade. É provável que jovens adultos desempregados, especialmente mulheres, estejam sob pressão para criar filhos, mesmo que não estejam física e mentalmente preparados para tal. O desemprego também pode ser uma porta de entrada para outras situações patológicas sociais como o jogo viciante ou a toxicodependência. Para o crescimento da economia de uma nação, é essencial a participação dos jovens e a sua adesão ao sector agrícola. Com as tendências de urbanização e cerca de 50% da população a mudar-se para as cidades africanas até 2050, as zonas agrícolas rurais devem continuar a ser atractivas para o emprego dos jovens. O sector agrícola precisa assim de oferecer emprego inteligente onde a mecanização da agricultura seja acompanhada de tecnologias inteligentes que aliviem a intensidade do trabalho e promovam o interesse dos jovens em se tornarem agro-profissionais. Ao mesmo tempo, as universidades devem ensinar cursos de ponta que sejam relevantes para as necessidades agrícolas modernas e para o respeito ao meio ambiente que se espera ajudar a alcançar a Agenda Global 2030.
7. Na região da SADC, é inevitável a importância de se investir no empoderamento da juventude na agricultura. Em muitos países, os principais desafios para o desenvolvimento da juventude na agricultura são a crença inadequada na produção do sector, as idiosincrasias de que a agricultura equivale a mão-de-obra não qualificada, e a falta de agro-educação estruturada. Existem também tabus sociais enraizados de que o trabalho agrícola está necessariamente associado à pobreza e à falta de ensino formal. Há uma nova necessidade de um quadro exclusivo como o da Declaração de Dar-es-Salam, especialmente sobre o envolvimento dos jovens no sector agro-industrial para o desenvolvimento da região, devido ao facto de os jovens serem os principais beneficiários do que o «desenvolvimento agrícola» projectado irá produzir, e devido à sua cadeia de valor na criação de oportunidades de emprego, bem como na redução da segurança alimentar na região.

8. Os jovens que já estão envolvidos na agricultura através da participação ou exposição a programas de formação são mais propensos a ter aspirações futuras relacionadas com a agricultura do que os que não estão. Factores socioeconómicos tais como o estado civil dos jovens, seus níveis de educação, o acesso que têm aos recursos e à informação, e as percepções dos «guardiões» dos recursos comunitários sobre a juventude influenciam a forma como os jovens encaram a agricultura e têm um impacto sobre o seu interesse em participar nela.

II. A 53.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FÓRUM: A NECESSIDADE DE REFLECTIR SOBRE O PAPEL DOS PARLAMENTOS NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARA FAZER FACE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E AO DESEMPREGO JUVENIL NA REGIÃO DA SADC

9. A agricultura é um dos sectores económicos capazes de empregar milhões de jovens, reduzir o desemprego juvenil e aumentar a segurança alimentar na região da SADC. Existe uma lentidão nítida na expansão do sector agrícola da região – tendência que pode dificultar a disponibilidade de alimentos para quase 400 milhões de habitantes na região se o sector não crescer a um ritmo mais fiável. O sector tem sido reiteradamente afectado devido à insuficiência de recursos orçamentais dentro dos orçamentos anuais dos países membros, bem como ao investimento inadequado em infra-estruturas facilitadoras da agricultura moderna, tais como sistemas de irrigação e tecnologias inteligentes no desenvolvimento do sector agrícola na região da SADC. O sector é também afectado negativamente pela falta de mercados fiáveis para os cultivos dos pequenos agricultores e a insuficiência ou ausência de infra-estruturas para o transporte de produtos agrícolas, particularmente das zonas rurais para os mercados pretendidos.
10. Na região da SADC, a incidência da fome é ainda elevada, sobretudo no seio das famílias rurais. As elevadas taxas de desemprego juvenil, os sistemas de assistência social inadequados e as elevadas taxas de infecção por VIH/SIDA contribuem para a segurança alimentar na região. Os desafios da segurança alimentar nos países da SADC devem-se em parte às injustiças do passado no acesso à terra, aos recursos e às políticas que não conseguem promover a pequena agricultura e o desenvolvimento rural. Por outro lado, um sistema agrícola tradicional também tem sido um factor de entrave à produtividade agrícola competitiva.
11. A insegurança alimentar tem sido uma causa de pobreza crescente para as comunidades dos Estados Membros da SADC. As importações de alimentos e o aumento dos preços dos alimentos sobrecarregam inegavelmente a carteira do consumidor, empurrando mais pessoas para a pobreza. A melhoria da segurança alimentar é um elemento essencial do bem-estar das famílias e um modo de vida sustentável. A vulnerabilidade à situação de insegurança alimentar na SADC coloca desafios mistos aos decisores políticos e parlamentares, uma vez que continuam a ser ameaçados os meios de subsistência de uma série de agregados familiares na região, juntamente com a malnutrição e outros distúrbios nutricionais.

12. Os países da África Austral apresentam uma das maiores variações climáticas do mundo que tem um impacto negativo para a segurança alimentar. Os sistemas agrícolas modernos integrados são essenciais para superar a insegurança alimentar e assegurar a produtividade agrícola. Têm de ser encorajados os sistemas que promovem a reciclagem e reutilização de produtos agrícolas. De igual modo, os sistemas de maricultura responsável que incluem alimentadores com filtro e algas marinhas são excelentes sistemas de produção, uma vez que requerem poucos insumos externos e podem assim ser praticados por comunidades de baixo rendimento. Além disso, as algas marinhas podem ser utilizadas para rações, alimentos e produtos cosméticos, e têm potencial para a produção de biocombustíveis. Há, portanto, necessidade de medidas imediatas visando conter a procura de alimentos por parte de uma população em franco crescimento (sendo a maioria a juventude) que aumenta para 400 milhões na região e que se prevê continuar a aumentar nas próximas décadas.
13. Como representantes dos cidadãos e do eleitorado, os parlamentares são poderosos agentes de mudança, que devem ser capacitados no sentido de encorajarem e modernizarem a agricultura com vista a combater a insegurança alimentar e o desemprego juvenil. É necessário que os parlamentares reforcem o seu mandato constitucional de accionar o mecanismo de modernização da reforma agrícola. A modernização dos regimes de posse da terra e o provimento de financiamento propício e baixas taxas de juro para empréstimos agrícolas, irá aumentar a produtividade agrícola, a cadeia de abastecimento alimentar e a criação de emprego para jovens.
14. O Parlamento enquanto instituição que se posiciona no lugar cimeiro do Estado tem o mandato de aprovar legislações de apoio, exercer uma fiscalização consistente e submeter a debate orçamentos agrícolas capazes de garantir a resolução das questões de segurança alimentar e desemprego juvenil. Os parlamentares podem apelar para políticas, protocolos e quadros estratégicos regionais susceptíveis de encorajar inovações que reduzam a pobreza através de um crescimento económico de base ampla que inclua uma agricultura respeitadora do meio ambiente capaz de resistir a catástrofes climáticas, oferecer maior segurança alimentar e criar emprego para os jovens.
15. O parlamento como organismo influente tem a capacidade de assegurar que a agricultura proporcione o estilo de vida e o estatuto que os jovens desejam e esperam. Isto para além de dar resposta aos desafios enfrentados pelos jovens agricultores, incluindo, por exemplo, a modernização dos regimes de posse da terra e o fornecimento de financiamento favorável e o asseguramento de baixas taxas de juro para empréstimos agrícolas. Ao mesmo tempo, é necessário que os parlamentos preencham as lacunas em termos de género na agricultura, e assegurem que tanto os homens como as mulheres tenham as mesmas oportunidades de beneficiar de investimentos, ter uma educação e inscrever-se em programas de posse de terras para a agricultura.
16. Neste contexto, é essencial que a 53.^a Assembleia Plenária do FP-SADC delibere sobre a temática consubstanciada no lema «**MODERNIZAR A**

AGRICULTURA PARA FAZER FACE À SEGURANÇA ALIMENTAR E AO DESEMPREGO JUVENIL NA REGIÃO DA SADC: O PAPEL DOS PARLAMENTOS». O lema terá como objectivo chamar a atenção do parlamento para a questão da insegurança alimentar e a crise do desemprego juvenil, o que justifica a necessidade de oferecer soluções imediatas que possam ser implementadas pelos Estados membros da SADC. É evidente que, na maioria dos países da SADC, o crescimento económico depende da produtividade agrícola.

III. OBJECTIVOS E RESULTADOS PREVISTOS DA 53.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA

17. A Assembleia Plenária do Fórum é acolhida rotativamente por cada um dos seus parlamentos membros, nos termos do artigo 11.º da Constituição e dos artigos 5.º a 7.º do Regimento Interno do Fórum

18. Os objectivos e os resultados previstos da 53.^a Assembleia Plenária são os seguintes:

- (a) Continuar a promover a cooperação, diplomacia e solidariedade interparlamentares entre os parlamentos dos países membros da SADC;
- (b) Avaliar e destacar estratégias de modernização da agricultura que vão favorecer os parlamentos dos países membros da SADC;
- (c) Deliberar sobre medidas rapidamente implementáveis em matéria de insegurança alimentar e desemprego juvenil, tendo em conta os impactos das alterações climáticas na agricultura;
- (d) Estudar vias para intervenções parlamentares tendentes a modernizar a produção agrícola inteligente, assegurando simultaneamente que sejam devidamente preenchidas as lacunas em termos de género, e que estejam disponíveis para todos, sem discriminação, oportunidades na agricultura.
- (e) Reflectir sobre estratégias de adaptação que podem ser alcançadas pelos parlamentos dos países membros da SADC sobre ganhos substanciais para uma agricultura sustentável que possa influenciar a segurança alimentar e a criação de emprego para os jovens;
- (f) Apreciar os projectos de resoluções e as declarações apresentadas pelos parlamentares, que estejam em consonância com o lema da Assembleia Plenária; e
- (g) Continuar a promover a política interparlamentar entre os parlamentos dos países membros da SADC a respeito de valores partilhados e de agendas comuns.

IV. LOCAL

19. A 53.^a Assembleia Plenária será acolhida pela Assembleia Nacional da Tanzânia, em Arusha, Tanzânia, de 2 a 8 de Julho de 2023.